

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Termelétricas a óleo podem ter fim do contrato antecipado	2
Título: Petrobras mantém plano de vender Braskem na bolsa.....	3
Título: Pemex, de galinha dos ovos de ouro a ralo de dinheiro.....	5
Título: China retoma produção de aço com ímpeto após covid-19.....	9
Título: Compra da Atvos Agroindustrial pelo fundo Lone Star vai para arbitragem.....	11
Título: Petros terá novo plano de equacionamento para déficit de R\$ 40 bi.....	12
Título: Conab prevê forte aumento da produção de açúcar.....	14
Título: Destaques	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	16
Título: Pandemia eleva inadimplência na conta de luz para 12%.....	16
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	17
Título: PGR denuncia Aécio sob acusação de propina de R\$ 65 mi	17
VEÍCULO: O Globo.....	19
Título: Dólar comercial fecha em alta de 1,3%, a R\$ 5,59.....	19

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/05/2020****Seção: Empresas****Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo****Título: Termelétricas a óleo podem ter fim do contrato antecipado**

O governo estuda antecipar o encerramento de contratos de usinas termelétricas movidas a óleo, com elevado custo de geração, como forma de aliviar pressões tarifárias aos consumidores. A proposta não é nova e vem sendo discutida junto a geradores desde o ano passado no contexto da agenda de desoneração tarifária da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), mas ganhou força diante da crise atual, que exigiu esforços adicionais para evitar um eventual tarifaço.

Os estudos envolvem usinas a óleo cujos contratos vencem em 2023 e que têm custo variável unitário (CVU) próximo de R\$ 1.000 por megawatt-hora (MWh), segundo Xisto Vieira Filho, presidente da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget). Num primeiro momento, a medida atingiria um conjunto de usinas que somam 4,2 mil MW.

Ainda não há uma solução definida, mas algumas hipóteses estão sobre a mesa. Uma delas seria um pagamento aos geradores pelo término antecipado do contrato, com uma taxa de desconto a ser calculada pela Aneel. Outra possibilidade é converter parte das usinas para que funcionem a gás natural, permitindo que elas participem de leilões de energia nova. Para as “não conversíveis”, avalia-se que elas componham uma “reserva fria”, ou seja, ficariam sem operar e só seriam acionadas em circunstâncias de grande risco ao sistema elétrico.

Outra opção que passou a ser aventada recentemente, diante da queda abrupta da carga por causa da crise, é a de reduzir o contrato com essas térmicas, pagando a diferença ao gerador.

Não se sabe ainda quais ideias são de fato viáveis. Uma questão a ser respondida é de onde viriam os recursos para pagamentos pelo término antecipado do contrato, uma vez que as distribuidoras têm enfrentado problemas de caixa. “É um processo de negociação. Até agora, não chegamos à melhor alternativa, mas o diálogo com a Aneel tem sido o melhor possível”, diz Vieira Filho. O executivo destaca que qualquer movimento só acontecerá se houver acordo entre as partes, partindo do respeito aos contratos do mercado regulado.

Na Aneel, entende-se que uma consulta pública aberta na semana passada pode servir como “piloto” para nortear esse projeto. Essa consulta pública trata da antecipação do término do contrato de suprimento firmado entre a Energisa Rondônia (antiga Ceron) e a Termo Norte. Nesse caso específico, a Aneel enxergou uma “possibilidade real” de reduzir subsídios incidentes na fatura e um efeito tarifário favorável aos consumidores.

A modernização do parque gerador térmico é uma bandeira da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que tem se debruçado em estudos nessa frente. O presidente do conselho da câmara, Rui Altieri, avalia que o adiamento dos leilões A-4 e A-5, voltados às termelétricas, abriu uma janela de oportunidade. Para ele, quando retomados, todos os certames deveriam ter regras que limitem a participação de térmicas menos eficientes, com CVU acima de determinado valor. A CCEE sugere R\$ 300/MWh.

A câmara fez uma simulação com o “limite de eficiência” de R\$ 300/MWh para dados de fevereiro de 2019, quando o PLD (preço de referência do mercado spot) estava no teto. O exercício mostrou que o PLD médio cairia 27%, enquanto nas liquidações do mercado de curto prazo, o impacto financeiro para as distribuidoras cairia de R\$ 2,5 bilhões para R\$ 1,95 bilhão, já considerando custos adicionais para térmicas que operam por disponibilidade. “[A modernização] mudaria radicalmente tanto a operação quanto a comercialização, além de ser muito mais adequado ambientalmente”, avalia Altieri.

Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), defende que o governo não pode perder de vista, nessa discussão, a retomada no pós-crise. “Na hora que o Brasil voltar a crescer e tiver problema de chuvas, vamos precisar das térmicas. Na minha opinião, a desconstrução das térmicas a óleo deveria vir junto da contratação de térmicas a gás natural.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/05/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Petrobras mantém plano de vender Braskem na bolsa

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse ontem que o momento do mercado pede paciência, mas que a empresa mantém o interesse de vender sua participação na Braskem na bolsa e monitora oportunidades para uma nova oferta de ações da BR Distribuidora. Fora do mercado de capitais,

segundo o executivo, a meta continua sendo avançar com as negociações das refinarias e assinar os contratos para a venda dos ativos ainda neste ano.

Castello Branco destacou que “vários obstáculos já foram vencidos” para que a Braskem seja vendida, como o acordo firmado pela empresa petroquímica para pagamento de indenizações e realocação de pessoas que moram em bairros de Maceió (AL) que apresentam rachaduras e afundamentos desde o ano passado, no entorno de poços de extração de sal-gema de propriedade da companhia. Além disso, o executivo cita a concordância da Odebrecht, sua sócia, em transformar a Braskem numa corporation.

A ideia da Petrobras e da Odebrecht é listar a Braskem no Novo Mercado da B3, na tentativa de valorizar a petroquímica para uma futura venda de lotes de ações da companhia. “Mas temos que ser pacientes”, disse Castello Branco, em referência à alta volatilidade da bolsa e do momento ruim da economia global.

“Vejo que temos uma boa oportunidade. Na medida que a economia mundial se recupere e a volatilidade baixe, teremos condição de uma saída via mercado de capitais. Acredito que mercado de capitais é sempre a melhor solução”, completou o executivo, durante participação em evento on-line.

Sobre o interesse numa nova oferta das ações da BR, onde a Petrobras ainda detém 37,5%, o executivo disse que essa “é uma possibilidade, mas que tem que esperar um pouco”.

Castello Branco afirmou ainda que a companhia mantém a previsão de assinar os contratos de venda de suas refinarias até o fim do ano e concluir os negócios em 2021. “Isso continua de pé. Não recebemos sinal negativo de desistência de quem quer que seja [pelas refinarias]”, afirmou.

Ele comentou que é natural que, em meio à crise, o plano de desinvestimentos da companhia sofra atrasos, mas que o interesse pelos ativos da empresa permanece.

“Temos visto a demonstração de renovação de interesse por parte de compradores. Dificilmente fecharemos alguma transação nos próximos dois meses, mas temos a esperança de que, até o fim do ano, alguns ativos que já receberam propostas serão vendidos”, afirmou.

Questionado se cogita vender ativos do pré-sal, diante da necessidade de fazer caixa, Castello Branco respondeu que a empresa não tem “nenhuma intenção” de vender esse tipo de ativo.

O presidente da Petrobras comentou ainda sobre a recente queda dos preços dos combustíveis e disse que a companhia não terá “nenhuma resistência” em aumentar os preços, se necessário, nas próximas semanas.

“Estamos prontos [para reajustar]. Se acharmos necessário, vamos fazer”, afirmou ele, citando que, em meio à desvalorização do petróleo, no mercado internacional, a empresa já reduziu este ano os preços da gasolina, nas refinarias, em 52%. No caso do diesel, a queda acumulada é de 48%.

“Mostramos que a regra [da paridade internacional dos preços] vale para baixo também”, disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/05/2020

Seção: Empresas

Autor: Jude Webber — Financial Times, da Cidade do México

Título: Pemex, de galinha dos ovos de ouro a ralo de dinheiro

No fim de 2016, a Pemex apresentou uma nova estratégia: passaria a dedicar-se exclusivamente a atividades lucrativas.

O plano, algo óbvio para a maioria das empresas, era novidade para a petrolífera estatal mexicana, um grande nome nacional criado em 1938 depois de o México ter expropriado ativos petrolíferos dos Estados Unidos e Reino Unido. Embora o plano tenha levado as seis refinarias do país a usar apenas as metade da capacidade instalada, a Pemex finalmente voltou ao azul depois de anos de prejuízos.

O grupo foi criado como símbolo da soberania nacional e a população mexicana contribuiu doando de tudo

Nos dias atuais, Andrés Manuel López Obrador, presidente do país desde 2018, que aposta o destino do país na Pemex, voltou a direcionar a empresa para o outro rumo - mesmo diante da crise do coronavírus e do colapso nos preços do petróleo.

Na quinta-feira, a empresa divulgou prejuízo trimestral de US\$ 23 bilhões, um dos maiores na história empresarial. Pelas cotações atuais suas operações não dão lucro, nem na área de exploração nem na de pós-produção. O prejuízo anual de 2019 já dobrou para US\$ 18 bilhões e o grupo acumulou dívidas de US\$ 105 bilhões, além de um passivo previdenciário não financiado de US\$ 77

bilhões. Em abril, a Moody's seguiu os passos da Fitch e rebaixou o rating dos títulos de dívida da empresa para "junk", que indica investimentos especulativos e de alto risco.

Em comunicado à Securities and Exchange Commission (SEC, a Comissão de Valores Mobiliários dos EUA), a Pemex reconheceu que sua firma de auditoria, a KPMG, expressou "dúvidas substanciais [...] quanto à nossa capacidade de continuar como empresa com viabilidade operacional".

Mas enquanto outras petrolíferas reduzem a produção e investimentos para enfrentar a tempestade, López Obrador mostra poucas intenções de se desviar de sua promessa de reanimar a Pemex interrompendo a sequência de 15 anos de quedas na produção.

"A Pemex está escrevendo a cartilha sobre o que não se deve fazer", disse Pablo Medina, da empresa de consultoria Welligence, em Houston.

Resistindo às pressões para acompanhar os cortes de produção de quase 25% prometidos por outros países em encontro encabeçado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) em abril, López Obrador aceitou relutantemente uma redução diária de apenas 100 mil barris, cerca de 6%.

O presidente também se comprometeu a praticamente dobrar a capacidade de refino para 1 milhão de barris por dia até maio, apesar de que as deficitárias refinarias da Pemex tiveram o menor uso da capacidade instalada na história em fevereiro, de 28%, e de que a Pemex teve custo médio de US\$ 12,51 no primeiro trimestre para refinar o barril de petróleo.

"Com o Brent a US\$ 20, não há um único campo no portfólio da Pemex que seja lucrativo se você considerar custos e impostos [...] No segmento de exploração, eles já perdem simplesmente ao produzir", afirma Medina. "Agora, eles estão obrigando a Pemex a ter mais prejuízo em suas operações de pós-produção, já que as margens estão negativas. Tudo em nome de uma demanda que pode não existir", disse.

O motivo para a obstinação de López Obrador é que a Pemex sempre foi algo a mais do que apenas uma petrolífera. O grupo foi criado como símbolo da soberania nacional e a população mexicana contribuiu doando de tudo, desde galinhas e joias até os cofres de porquinhos dos filhos, para pagar pela expropriação e "consolidar a independência do México".

A descoberta do gigantesco campo de Cantarell em 1976 transformou a Pemex na galinha dos ovos de ouro do México. A produção atingiu o pico de 3,4 milhões de barris diários em 2004. Em 2019, foi de apenas 1,7 milhão de barris, quase 8% a menos do que no ano anterior.

Pelo acordo com a Opep, o México reduzirá a produção para 1,681 milhão de barris diários, embora a meta de produção do governo para 2020, incluída no cálculo do orçamento, seja de 1,85 milhão de barris por dia, de forma que a Pemex dará aos cofres nacionais uma receita inferior à prevista.

Com os declínios na produção, a Pemex custeou apenas 11% do orçamento nacional em 2019, cerca de 25% do que contribuiu para os cofres do governo em 2008, mas, com os investimentos governamentais para ampliar a produção, López Obrador vê a gigante estatal como um motor para o desenvolvimento nacional.

O presidente de 66 anos, nascido e criado em Tabasco, Estado rico em petróleo, no sudeste do país, durante os anos áureos do México, refez o logotipo da Pemex, de uma cabeça de águia sobre uma gota, adicionando a frase “Pelo Resgate da Soberania”. Isso explica sua ofensiva para reanimar o crescimento da produção em uma empresa que ao longo dos anos deu lucro antes dos impostos de forma sistemática, mas que foi sugada por altos impostos governamentais e assolada pela burocracia e corrupção.

Conseguir elevar a produção custará muito dinheiro. “Acredito que a Pemex precisará de [16 a 19] bilhões de dólares [por ano]”, disse um analista de bônus que não quis ser identificado. “Com os preços do petróleo onde estão agora, a Pemex não está tendo nenhum ebitda [lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização]. É simples matemática. O governo terá que passar alguns cheques bem grandes.”

O Tesouro transferiu US\$ 2,6 bilhões à Pemex em abril por meio de um corte de impostos. Além disso, a empresa avisou aos investidores que reduzirá os investimentos em bens de capital em US\$ 1,6 bilhão e se dedicará a projetos que tenham a “mais alta lógica econômica”.

“Hoje, mais do que nunca, a Petróleos Mexicanos [Pemex] tem o apoio absoluto do governo do México”, destacou o Tesouro.

A Fitch, que rebaixou a nota de crédito da empresa para “junk” no terceiro trimestre e em duas outras ocasiões em abril, estima um fluxo de caixa negativo de até US\$ 20 bilhões por ano para a Pemex.

A empresa tem linhas de crédito de US\$ 8 bilhões, que deverão ser usadas totalmente, segundo analistas, já que somente em dívidas há US\$ 6,7 bilhões a pagar neste ano. Depois dos cortes no rating em abril, a analista Ariane Ortiz-Bollin, da Moody's, disse que a empresa agora precisaria de ajuda “recorrente e substancial” do Estado da ordem de 2% a 3% do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano.

Em março, no aniversário da expropriação dos ativos petrolíferos, López Obrador gabou-se de ter custos de produção de US\$ 4 por barril, mas Medina disse que a média, incluindo impostos e gastos operacionais, é de US\$ 32 por barril equivalente de petróleo e, incluindo custos de perfuração, de US\$ 47.

Quanto ao refino, “ninguém acredita que eles possam chegar a 1 milhão de barris em maio”, disse um ex-funcionário da Pemex. A capacidade de refino foi de 580,4 mil barris por dia em fevereiro; López Obrador diz que deste então houve um aumento para 800 mil por dia.

Há outro problema: quanto mais as refinarias da Pemex trabalham, mais óleo combustível, de baixo valor, elas precisam produzir, “então o que sai das refinarias vale menos do que o petróleo que entrou”, disse Jorge Andrés Castañeda, consultor na área de fontes de energia. O uso de óleo combustível está em forte queda depois que seu uso foi proibido na navegação.

Além disso, a Pemex tem bem pouca capacidade de armazenamento e corre o risco de ficar sem espaço dentro de semanas, de acordo com analistas.

Reduzir o refino “é algo que não vejo como compatível com a ideologia deles”, disse Ixchel Castro, analista da firma de consultoria sobre fontes de energia Wood Mackenzie.

Diante da queda livre dos preços, um antigo alto funcionário da Pemex disse que o governo deveria suspender o controverso projeto da refinaria Dos Bocas, de US\$ 8 bilhões, e “apresentar um plano real de negócios que permita aos investidores compreender aonde se está indo para conseguir ter retornos aos preços de hoje do petróleo”.

É mais fácil falar do que fazer. Como disse um investidor da empresa, “a Pemex é uma bagunça, está ficando pior e eles não têm planos para lidar com a situação”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/05/2020

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro — De São Paulo.

Título: China retoma produção de aço com ímpeto após covid-19

Enquanto a siderurgia brasileira opera com apenas 40% de ocupação de suas usinas de aço, metade do nível ideal para o setor, os fabricantes de aço da China voltam com uma recuperação rápida das atividades após os impactos da pandemia da covid-19.

Com base em informações obtidas da consultoria chinesa MySteel, a produção semanal de aço bruto na China praticamente já recuperou o patamar verificado no mesmo período do ano anterior, destaca o especialista da indústria siderúrgica, Germano Mendes de Paula, professor titular da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Além disso, observa Mendes de Paula, os estoques de produtos siderúrgicos no país ampliados durante a pandemia estão regredindo nas últimas sete semanas, tendo já diminuído cerca de 25% frente ao pico.

Conforme a Associação de Ferro e Aço da China (Cisa) e a Mysteel, os estoques totais de aço detidos por produtores e distribuidores de aço do país representavam mais de 55 milhões de toneladas no final de março, que é o mais alto já registrado e foi 160% superior ao nível gravado no final de dezembro de 2019.

Muitas siderúrgicas chinesas tiveram que recorrer ao uso de espaço de armazenamento externo, relatou Frank Zhong, representante-chefe do escritório de Pequim da World Steel Association e consultor em economia, matérias-primas e mercados.

A partir do final de fevereiro, a maioria das siderúrgicas começou a reduzir os níveis de produção. Cerca de 73 altos-fornos (capacidade correspondente a 77 milhões de toneladas ao ano), pertencentes a 47 siderúrgicas, interromperam a produção em 21 de fevereiro. A produção diária de aço bruto em março foi cerca de 7% menor que em janeiro.

Como resultado, a menor produção de aço aliada ao aumento da demanda do produto, os estoques em meados de abril diminuíram cerca de 10% em comparação com o final de março.

Desde meados de março, informa Zhong, o gargalo logístico diminuiu gradualmente, e o fornecimento de matérias-primas e a entrega de produtos acabados de aço voltaram ao normal após início de abril. Graças ao estoque de matérias-primas, a produção de aço bruto da China no primeiro trimestre deste ano não diminuiu como seria de esperar. Ao contrário, subiu 1,2%, em base anual.

Segundo Zhong, o impacto da pandemia no país levou a uma contração geral: de 6,8% no PIB, 7,7% no investimento imobiliário, 19,7% no investimento em infraestrutura, 17,2% na engenharia mecânica, 44,6% na produção de veículos automotores, 28,5% no mercado marítimo e a uma redução de 27,9% na produção de aparelhos de ar-condicionado.

Mendes de Paula aponta que, no caso de vergalhões, até 22 de abril, a produção crescia pela oitava semana seguida, alcançando utilização da capacidade instalada de 78,5%. Ele acrescenta que no mercado da construção, ainda que o ritmo da atividade seja menor (como seria de se esperar), ainda existiam 7,2 bilhões de metros quadrados em construção no final de março, segundo dados do National Bureau of Statistics, da China.

Mendes informa ainda que recente estimativa da associação chinesa do aço, que reúne os produtores locais, mostra que a atividade de construção deverá inclusive aumentar sua participação na demanda por aço no país, dos 55% no ano passado para 58% em 2020.

A Cisa também prevê que o volume chinês de aço proveniente dos mercados interno e de exportação poderá regredir para 842 milhões de toneladas em 2020, perfazendo uma retração de 3,8%. É uma queda muito pequena, comparativamente ao que deverá ser verificado em outros países.

A siderurgia chinesa é a maior do mundo, e o país, o maior consumidor global de aço. A China respondeu no ano passado por 53,3% de todo o aço bruto fabricado no mundo. Esteve próximo de atingir 1 bilhão de toneladas em 2019 - encerrou com a marca de 996 milhões de toneladas.

O Brasil fechou 2019 com pouco mais de 30 milhões de toneladas. O consumo aparente local foi na faixa de 20 milhões de toneladas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/05/2020****Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo****Título: Compra da Atvos Agroindustrial pelo fundo Lone Star vai para arbitragem**

A Odebrecht formalizou ontem a abertura de um processo arbitral contra o banco Natixis, que representa credores da holding no gasoduto do Peru e abriu espaço para que o fundo americano Lone Star assumisse o controle da Atvos Agroindustrial - o braço sucroalcooleiro do grupo, que está em recuperação judicial.

Enquanto a arbitragem, aberta na Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), estiver em curso, o grupo brasileiro segue no controle da Atvos. Os processos na CAM-CCBC costumam durar dois anos.

A Odebrecht acusa o Natixis de não ter sido transparente especialmente quando, em 12 de março, pediu à Atvos que cooperasse na venda de suas ações. Em 24 de março, a Atvos respondeu ao banco afirmando que, por estar em recuperação judicial, deveria discutir o assunto com os credores. Procurados, Lone Star e Odebrecht preferiram não comentar.

Com a disputa em andamento, diminuem as chances de o plano para reestruturar quase R\$ 12 bilhões em dívidas da Atvos ser votado na próxima assembleia, no dia 8. Ontem, o Lone Star iniciou conversas com os principais bancos credores da Atvos para negociar mudanças no plano e um adiamento da votação, apurou o **Valor**.

O fundo, que comprou o controle da Atvos por R\$ 5 milhões após acertar com o Natixis a execução da alienação fiduciária das ações, também é um credor relevante da sucroalcooleira. O Lone Star foi inclusive o pivô da entrada da Atvos na recuperação judicial ao pedir na Justiça, em 2019, a execução de suas garantias.

A corretora Planner, que representa o Lone Star e também o fundo Castllake, tem créditos US\$ 284 milhões (mais de R\$ 1,5 bilhão). Mas a maioria é extraconcursal, o que a deixava fora das tratativas que a Atvos vinha conduzindo com bancos.

O fundo tem afirmado a interlocutores que não votará o plano como ele está atualmente. Conforme apurou o **Valor**, o Lone Star defende um aumento da parcela da dívida dos bancos a ser convertida em debêntures com participação em lucros, reduzindo, assim, a alavancagem resultante após a aprovação.

Na reestruturação proposta agora, 50% da dívida seria convertida nesses instrumentos, e R\$ 6 bilhões permaneceriam como dívida (alongada e com carência de 2,5 anos). Aos credores extraconcursais aderentes, 20% da dívida seria convertida em debêntures e 80%, alongada.

Segundo fontes, o fundo também avalia que será preciso incluir no plano uma previsão de aporte na Atvos que a permita manter as operações em meio à crise provocada pela pandemia. Extremamente exposta ao mercado de etanol, que derreteu, a sucroalcooleira já postergou pagamentos a fornecedores em abril e que vencerão nos próximos dias.

Na petição apresentada na segunda-feira, informando sobre a compra do controle, o Lone Star demonstrou interesse em “assumir desde já os negócios” e recuperar a saúde financeira e operacional da Atvos, comprometendo-se com aportes para reforçar seu caixa.

O Lone Star tem US\$ 40 bilhões em ativos sob gestão e histórico de adquirir créditos e ativos de alto risco por baixos valores - como em 2008, quando emergiu por comprar hipotecas “subprime”. É comandado pelo bilionário John Grayken.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/05/2020

Seção: Finanças

Autor: Juliana Schincariol — Do Rio

Título: Petros terá novo plano de equacionamento para déficit de R\$ 40 bi

A Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, aprovou um novo plano de equacionamento para sanear um déficit de quase R\$ 40 bilhões. Além de incluir a extensão do prazo do pagamento das contribuições extraordinárias, decidiu-se por mudanças nos benefícios dos participantes - mas buscando um menor impacto para os participantes do plano de benefício definido (BD), que concentra os problemas.

“O plano de equacionamento envolveu uma grande negociação e várias conversas e debates com participantes, assistidos, entidades sindicais e patrocinadores. Ao final, se chegou ao desenho que foi aprovado”, disse ao **Valor** o presidente da Petros, Bruno Dias, que assumiu a fundação em setembro.

Em relação aos benefícios, o principal foi a alteração do valor a ser pago pelo pecúlio por morte, que será menor. Antes das mudanças, o valor variava conforme uma fórmula pré-estabelecida. Agora, será de cerca de duas vezes o salário. Dias fez a mesma coisa na Fapes, quando foi diretor de seguridade no fundo de pensão dos funcionários do BNDES. A fundação foi pioneira ao implementar um equacionamento de déficit com redução de benefícios em 2018.

O novo plano de equacionamento recebeu o aval do conselho deliberativo da fundação em fevereiro. Após receber as autorizações ainda necessárias - da patrocinadora Petrobras, da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) -, poderá ser implementado a partir de junho. Além da contribuição dos participantes, a Petrobras pagará um total de R\$ 13,6 bilhões ao longo da existência dos planos. O pagamento referente ao pecúlio (benefício em caso de morte), inicialmente previsto para ser à vista, será postergado e parcelado.

A gestão do ex-presidente Walter Mendes havia implementado um plano de equacionamento válido por 18 anos, conforme as regras vigentes na época. Assim, o valor das contribuições extraordinárias chegava a 30% dos benefícios. Agora, será utilizada a Resolução 30 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), que permitiu a extensão do prazo durante toda a vigência do plano. “Agora, as alíquotas ficam entre 10% e 13%”, afirmou Dias.

Na sequência, não está descartada a criação de um plano de contribuição definida a partir do segundo semestre, para que os participantes possam fazer uma migração de forma opcional. Virada a página do déficit, Dias espera poder lançar novos produtos a partir de 2021, caso de um plano família, voltado a familiares de participantes.

Os problemas da Petros estavam concentrados no plano de benefício definido - chamado de PPSP -, que garantem aposentadoria vitalícia. A ideia de criar um plano de contribuição definida, modalidade em que o participante recebe o total que acumular ao longo da vida, foi mantida. Batizado de PP-3, uma eventual migração para esse novo plano seria uma escolha individual de cada participante. “O PP-3 precisa ser desenhado junto com a Petrobras, era um desejo antigo de oferecer para os participantes a opção de ficar no plano BD ou migrar. Fazer uma migração a partir de um plano equilibrado é mais fácil”,

afirmou Dias. A previsão é oferecer essa possibilidade ainda no segundo semestre.

“A grande preocupação era fechar 2019 com 100% de equilíbrio, o que conseguimos com o plano de equacionamento”, disse o executivo. A Petros encerrou o ano passado com rentabilidade de 20%, a maior em 12 anos. Todos os planos administrados pelo fundo de pensão bateram as metas atuariais. Em fevereiro de 2020, o patrimônio da fundação era de R\$ 105 bilhões.

Quanto a 2020, que sofre impacto por causa da crise financeira gerada pelo coronavírus em todo o mundo, o presidente da Petros disse que ainda é cedo para fazer uma previsão para resultados até o fim do ano ou um eventual novo déficit. “O que mais importa para um fundo de pensão é ter liquidez. E a Petros tem liquidez para seus maiores planos por mais de dois anos.” Segundo Dias, não é necessário fazer nenhum desinvestimento que não faça parte da estratégia da equipe de investimentos.

A Petros recentemente comprou uma “boa quantidade” de NTN-Bs longas com rendimento acima da meta atuarial. E em relação à bolsa, não houve alteração relevante, porque o movimento ainda é de incerteza e há pouca visibilidade sobre o futuro.

Além da reestruturação previdenciária, a Petros passa por mudanças administrativas, com redução do orçamento da fundação em 10%, que inclui corte e renovação de pessoal, e também renegociação de contratos e serviços.

Passada essas fases, será o momento de pensar no crescimento da fundação e novos produtos, como o plano família, voltado para parentes de participantes, disse Dias. “Começamos a viver uma era em que há uma aproximação entre entidades fechadas e abertas. Os fundos de pensão precisam começar a oferecer novos produtos e trabalhar mais numa era digital”, afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/05/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Fernanda Pressinott — De São Paulo

Título: Conab prevê forte aumento da produção de açúcar

Em linha com consultorias privadas e entidades do segmento, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) também prevê que as usinas do país vão privilegiar a produção de açúcar em detrimento do etanol nesta safra 2020/21.

Em seu primeiro relatório sobre a temporada que começou em abril, divulgado ontem, a estatal estimou a produção de açúcar em 35,3 milhões de toneladas, 18,5% mais que em 2019/20, e a de etanol em 29,3 bilhões de litros, em queda de 13,9%.

O movimento reflete a dupla crise no mercado doméstico do biocombustível, que encara queda de demanda e preços - neste caso sob influência do tombo do petróleo -, e o melhor momento das exportações de açúcar, em virtude sobretudo do câmbio favorável.

Da produção de etanol de cana, 9,2 bilhões de litros deverão ser de anidro (misturado à gasolina), 8,8% menos que no ciclo passado, e 20,1 bilhões de litros de hidratado (usado diretamente nos tanques dos veículos), uma redução de 16% na mesma comparação.

A Conab também divulgou projeções para a produção de etanol fabricado a partir de milho. Nesse caso, o órgão prevê um expressivo aumento de 61,1%, para 2,7 bilhões de litros - 713,4 milhões de anidro (alta de 76%) e 2 bilhões de hidratado (alta de 56,4%).

Assim, a produção total de etanol no país em 2020/21 deverá chegar a 32 bilhões de litros, com redução de 10,3% ante 2019/20.

No total, a Conab estimou a produção brasileira de cana em 630,7 milhões de toneladas em 2020/21, volume que representa uma redução de 1,9% em relação a 2019/20. Na região Sudeste, que lidera a moagem, a baixa deverá ser de 2%, para 406,6 milhões de toneladas.

Já no Centro-Oeste, apesar de aumento de produção em Goiás e da recuperação de produtividade em Mato Grosso do Sul, a retração tende a ser de 1,1%, para 138,9 milhões. No Sul, a redução deverá ser de 2,6%, para 33,3 milhões de toneladas, e no Nordeste a queda é calculada em 1,1%, para 48,4 milhões.

A área total de produção de cana no país foi estimada pela Conab em 8,4 milhões de hectares, com queda de 0,4%. O ATR (açúcar total recuperável) médio foi calculado em 138,4 quilos por tonelada, próximo ao de 2019/20 (139,3).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/05/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Moody's rebaixa Ultrapar

A agência de classificação de riscos Moody's rebaixou ontem a perspectiva dos ratings da Ultrapar de estável para negativa. Ela colocou a nota em escala global em "Ba1". Em relatório, os analistas da Moody's afirmam que a rápida disseminação do coronavírus, a deterioração das perspectivas econômicas e a queda dos preços do petróleo estão afetando gravemente a situação de crédito de muitos setores, regiões e mercados. Especificamente, o setor de distribuição de combustíveis no Brasil foi significativamente afetado por mudanças nos hábitos dos consumidores e pela redução da demanda, apontam eles. A Ultrapar controla a rede de postos Ipiranga.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/05/2020

Seção: Economia

Autor: Wellington Bahnemann

Título: Pandemia eleva inadimplência na conta de luz para 12%

Segundo ministro Bento Albuquerque, taxa historicamente é de 3%; perda das distribuidoras chega a R\$1,8 bilhão

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou ontem que a inadimplência dos consumidores de energia elétrica chegou a 12% nos últimos 30 dias, como reflexo da pandemia do coronavírus. Historicamente, a taxa gira em torno dos 3%. "Já temos contabilizada, para as distribuidoras, uma perda de R\$ 1,8 bilhão. Os números realmente são impressionantes", declarou. Em março, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) proibiu o corte no fornecimento de energia por falta de pagamento das contas de luz por 90 dias – ou seja, até o fim de junho. Segundo o ministro, a inadimplência e a queda no consumo da energia – reflexo da baixa atividade econômica e do isolamento social – têm causado um problema financeiro no setor.

O governo já negocia, com bancos, as condições para um empréstimo às empresas de energia. Em 8 de abril, o presidente Jair Bolsonaro enviou ao Congresso a medida provisória 950, que abre caminho para esse crédito. A ideia é similar à adotada pelo governo Dilma Rousseff em 2014. Se concretizado, o crédito funcionará como uma "antecipação", para as empresas, dos custos de energia a serem pagos pelos consumidores nos 12 meses seguintes. O valor dessa ajuda ainda não foi divulgado porque, segundo o governo, ainda está sendo calculado pela Aneel.

Fundos setoriais. As informações foram divulgadas por Bento Albuquerque durante videoconferência da Associação Brasileira das Indústrias de Base (Abdib). O ministro também citou a possibilidade de usar recursos de fundos setoriais para ajudar as distribuidoras. No radar do governo, estão fundos destinados a pesquisas e ações de eficiência energética. Albuquerque não informou quanto dinheiro há nesses fundos, atualmente. “Para que a gente não venha onerar ainda mais o setor, esses recursos seriam utilizados de forma racional para que a gente possa fazer frente à operação de crédito junto aos bancos”, disse.

Sobras de energia. A queda no consumo pode gerar um outro problema citado por Albuquerque: a energia contratada pelas distribuidoras, e fornecida pelas empresas geradoras, pode “sobrar”. A previsão é que 20% da energia contratada fique estagnada. Em algumas distribuidoras do Norte e do Nordeste, a sobrecontratação pode chegar a 40%. O fenômeno pressiona o caixa das concessionárias, que precisam honrar o contrato mesmo que a energia não seja consumida. Na live, o ministro não citou soluções específicas para esse problema. A sobrecontratação de energia pressiona o caixa das distribuidoras já que as concessionárias têm de pagar pelo contrato de compra de energia mesmo se ela não for consumida.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/05/2020

Seção: Poder

Autor: Matheus Teixeira Brasília

Título: PGR denuncia Aécio sob acusação de propina de R\$ 65 mi

A Procuradoria-Geral da República denunciou o deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG) por lavagem de dinheiro e corrupção passiva.

A acusação, encaminhada ao STF (Supremo Tribunal Federal) na semana passada, afirma que o parlamentar recebeu R\$ 65 milhões em propina das empreiteiras Odebrecht e Andrade Gutierrez.

A defesa do parlamentar afirma que a denúncia causa “surpresa e indignação”.

O pagamento a Aécio, segundo a PGR, teria sido uma “contrapartida pelo exercício de influência em negócios da área de energia desenvolvidos em parceria” com as construtoras, como os projetos do rio Madeira, as Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia.

A missão do político, diz a procuradoria-geral, seria ajudar a viabilizar a vitória das empresas em licitações que envolviam a Companhia Energética de Minas Gerais e a estatal federal Furnas. A denúncia ressalta, ainda, que o político

montou um complexo esquema de desvio de verbas públicas para receber os valores.

Segundo a PGR, intermediários faziam as tratativas para o recebimento da propina e repassavam a Aécio. O esquema também envolveria doleiros, transportadoras e uma empresa sediada no exterior.

De acordo com a acusação, o deputado formou um “ciclo de lavagem de dinheiro que envolveu ocultação e dissimulação por esquema sofisticado de lavagem, uso de tercei-os para obtenção de dinheiro (doleiros), para transporte e para recebimento, além de uso de codinomes e senha para compartilhamento com seu preposto, tudo a escamotear a origem ilícita do dinheiro”.

Aécio Neves teria recebido R\$ 30 milhões da Odebrecht como governador de Minas Gerais e, depois, como senador; e R\$ 35 milhões da Andrade Gutierrez, também nos dois cargos, entre 2010 e 2011.

Os pagamentos ocorriam para “promover desentraves burocráticos” de licitações.

O objetivo, de acordo com a PGR, seria fazer com que o “andamento de processos administrativos, licenças e autorizações de interesse da Odebrecht tivesse tramitação rápida e sem óbices, bem como interferir junto ao governo federal para anulação da adjudicação da obra referente à Usina Hidrelétrica de Jirau”.

A denúncia cita que o atual deputado federal, derrotado por vantagem mínima na disputa para a Presidência da República em 2014, manteve contato com diversos delatores da operação Lava Jato durante muitos anos.

Este não é o primeiro problema que Aécio enfrenta com a Justiça. Em 2017, ele chegou a ser afastado do mandato de senador após ter ligação interceptada negociando o repasse de propina com o dono da JBS, Joesley Batista.

No telefonema, o político pede R\$ 2 milhões para o empresário. Na ocasião, a Polícia Federal foi além e fez uma ação controlada, apedido da PGR, em que flagrou um emissário de Batista entregando R\$ 500 mil a Frederico Medeiros, primo de Aécio.

À época, o ministro Edson Fachin, do STF, negou pedido de prisão contra o então senador, mas o afastou do mandato. O Senado, no entanto, derrubou, por 44 votos a 26, a decisão da Corte e ele pôde voltar ao Parlamento.

Por meio de nota, o advogado de Aécio, Alberto Toron, negou que ele tenha recebido R\$ 65 milhões de propina e criticou a denúncia.

“Essa notícia causa surpresa e indignação. Não há e nunca houve qualquer crime por parte de Aécio Neves”, afirma Toron. “Foi demonstrado exaustivamente que as conclusões alcançadas pelo delegado são mentirosas e desconectadas dos próprios relatos dos delatores e, o que é mais grave, das próprias investigações da PF. Aliás, tamanho é o absurdo do presente caso que os próprios relatos dos delatores desmentem-se entre si. Basta lê-los.”

O advogado do parlamentar destacou, ainda, que o processo corre sob sigilo.

“Depois, mais uma vez a defesa vê-se surpreendida com vazamentos sistemáticos de inquérito sigiloso, sendo certo que nem mesmo os advogados tiveram acesso à referida denúncia para rebatê-la. Por fim, a defesa confia que o Poder Judiciário promoverá a análise detida e imparcial dos fatos e chegará à única conclusão possível: não há sequer indício de crime por parte do deputado Aécio.”

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/05/2020

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA

Título: Dólar comercial fecha em alta de 1,3%, a R\$ 5,59

Divulgação de depoimento de Moro preocupa investidores. Bolsa perde fôlego e encerra com valorização de 0,75%, apesar dos ganhos no petróleo. Barril do Brent avança 13,86%, a US\$ 30,97

A divulgação do depoimento do ex-ministro da Justiça Sergio Moro à Polícia Federal (PF) gerou turbulência no mercado financeiro no fim da tarde de ontem. O dólar comercial chegou a ser negociado a R\$ 5,60, mas fechou em alta de 1,31%, a R\$ 5,59. Já o Ibovespa, principal índice da Bolsa brasileira, depois de registrar valorização de 3%, perdeu força e encerrou com ganho de 0,75%, aos 79.471 pontos.

Ao longo do dia, a retomada gradual da atividade econômica em cidades da Europa e dos Estados Unidos impulsionou a cotação do petróleo, que atingiu seu maior valor em duas semanas. Assim, o barril do tipo Brent, referência internacional, avançou 13,86%, a US\$ 30,97. Já o barril do tipo WTI, que baliza o mercado americano, saltou 22%, a US\$ 24,90.

Com isso, as ações da Petrobras ficaram entre as maiores altas do Ibovespa: os papéis ordinários (ON, com direito a voto) avançaram 3,43%, para R\$ 18,67. Ao longo do dia chegou a subir mais de 5%, mas a cotação foi afetada pela aversão a risco após o vazamento do depoimento de Moro. Os papéis preferenciais (PN, sem voto) fecharam com ganho de 3,22%, a R\$ 17,94.

— O mercado caminhava para a máxima do dia, mas o vazamento do depoimento de Moro gerou estresse entre os investidores. Agora, o mercado vai digerir o impacto disso tudo — disse Ricardo Zeno, sócio da assessoria de investimentos Guia da Bolsa.

Pesou também a forte queda da produção industrial em março, de 9,1%, que deve aumentar por causa da pandemia.

Álvaro Bandeira, economista-chefe do banco Modalmais, destacou que ainda haverá muita volatilidade devido às tensões entre Executivo e Legislativo. Mas observou que, devido à valorização do dólar, as empresas brasileiras estão mais baratas, o que aumenta o interesse dos investidores.

Entre os bancos, que têm forte peso no Ibovespa, as ações do Itaú Unibanco avançaram 3,70%, a R\$ 22,70. O banco divulgou, na noite de segunda-feira, uma queda de 43% nos lucros, mas o mercado considerou positivo o aumento nas provisões para perdas, de 37%, para R\$ 47 bilhões.

EXPECTATIVA NOS EUA

Em Nova York, os principais índices fecharam em alta. O Dow Jones subiu 0,56%, enquanto o S&P 500, mais amplo, avançou 0,90%, e a Bolsa eletrônica Nasdaq teve valorização de 1,13%.

O presidente do Federal Reserve de Chicago, Charles Evans, disse ontem ser “razoável” esperar crescimento econômico no segundo semestre. Em teleconferência, ele disse que vê os esforços para reabrir a economia — apesar de a pandemia não ter terminado — como uma “decisão ousada de riscos muito altos”.

MME / ASCOM .